

DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Caiado na roda

Pré-candidato à Presidência da República, o governador de Goiás, Ronaldo Caiado, fez questão de participar do jantar em comemoração ao aniversário do presidente da Câmara, Arthur Lira, em Lisboa. “O senhor quer o apoio de todo mundo aqui?”, perguntou o deputado Danilo Forte (União-CE). Diante de um “quero” em alto e bom som de Caiado, Forte completou: “Assuma a bandeira do semipresidencialismo. Vai ganhar todos desta mesa!”.

É por aí

A gargalhada foi geral, mas era a pura verdade. Os parlamentares defendem o semipresidencialismo, que, aliás, foi abordado no encerramento do XII Fórum de Lisboa pelo ex-presidente Michel Temer. Ele considera que o Brasil caminha para isso de forma natural. Outros juristas acreditam que, na prática, estamos vivendo esse sistema.

Vem por aí

Espectador do XII Fórum de Lisboa, o economista Felipe Salto, ex-secretário de Fazenda de São Paulo, fez as contas e acredita que o governo terá de contingenciar pelo menos R\$ 45 bilhões para não comprometer o arcabouço fiscal. O valor é superior ao que havia sido previsto pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em conversa com representantes do mercado financeiro em São Paulo. “O grande teste de Haddad será o contingenciamento. Ele não pode quebrar o arcabouço fiscal”, disse Salto à coluna.

Resumo da ópera

Com o Brasil a praticamente três meses das eleições municipais, os debates do XII Fórum de Lisboa serviram também de alerta a quem pretende usar os algoritmos para angariar votos.

Nunca fomos tão felizes

Deputados que foram para a bateria de eventos em Lisboa receberam lá a notícia de que o governo liberou a maioria das emendas obrigatórias esta semana. O prazo final é 30 de junho. O que não for processado até este domingo só poderá ser liberado em novembro, 30 dias depois da eleição. É o “defeso eleitoral”. Os cálculos serão fechados na segunda-feira, mas os parlamentares acreditam que o que ficou para depois da eleição é residual. Com as emendas liberadas, ficará mais fácil promover o esforço concentrado nas próximas duas semanas, após as festas juninas e a série de fóruns internacionais.



O BC e o PT

Os ataques do presidente Lula ao comandante do Banco Central, Roberto Campos Neto, começam a incomodar parte dos petistas. A estratégia do “bater de frente”, avaliam alguns, deveria ser substituída, pois não está funcionando. Seria preciso anunciar as boas-novas do governo, sem xingar o presidente do BC, e, sim, tratá-lo com toda a educação e constrangê-lo a promover a política monetária mais flexível.

CURTIDAS

Marcação homem a homem/ No almoço oferecido em homenagem ao ex-presidente Michel Temer (foto), em Lisboa, os deputados Antonio Brito (PSD-BA), Elmar Nascimento (União-BA) e Marcus Pereira (Republicanos-SP) ocuparam a mesma mesa. Assim, um não passa à frente do outro na hora de buscar votos nesta pré-campanha à Presidência da Câmara.

Mariana Niederauer/CB/D.A.Press



Fique calmo/ O presidente da Câmara, Arthur Lira, ficou à mesa com o ex-presidente Michel Temer. Do alto de quem ocupou a Presidência da Câmara em três mandatos e a Presidência da República, ele tem muito a ensinar em termos de paciência para conduzir a sucessão.

André abriu a adega/ O banqueiro André Esteves, do BTG Pactual, patrocinou pelo menos dois eventos paralelos ao XII Fórum de Lisboa. Aos convidados do rooftop SUD, onde um hambúrguer sai por 50 euros, ofereceu um vinho de sua Quinta da Romaneira, em Portugal, na região do Douro. André ainda fez questão de receber todos os convidados na entrada.

Com Mariana Niederauer e Aline Gouveia

FÓRUM DE LISBOA

Crítica à política econômica

Presidente do BC defende livre mercado e menor intervenção do governo na economia. Ele discorda de programas de transferência de renda

» DENISE ROTHENBURG
» MARIANA NIEDERAUER
Enviadas especiais

Lisboa — O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, deixou claro em sua palestra no Fórum de Lisboa que discorda da condução da política econômica pelo governo e defendeu o livre mercado e a menor intervenção do Estado. Em meio à queda de braço com o Executivo em razão da manutenção da taxa básica de juros em 10,5%, ele argumentou que tentar impulsionar o crescimento com investimento público funciona no começo, mas o excesso pode causar impactos negativos a longo prazo.

“As vezes, para tentar promover o crescimento, o governo cai na tentação de ampliar a atuação e começa a decidir muito mais sobre recursos que são importantes, fazendo a alocação. Nesse caso, temos sempre um problema, que é a pressão política, que pode influenciar de forma a não atingir a eficiência máxima”, disse, no painel Integração global e blocos econômicos, mediado pelo presidente da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Carlos Ivan Simeson Leal.

Campos Neto também defendeu a atuação do Executivo como facilitador do investimento privado. “Os governos e bancos centrais devem atuar juntos, na busca pelo fortalecimento dos fundamentos macroeconômicos, por meio de políticas críveis que promovam a estabilidade e o crescimento. O governo deve sempre atuar como facilitador do investimento privado, valorizando o livre mercado. Intervenções públicas exageradas sobre a economia geram distorções e ineficiência em alocação de recursos e menor crescimento”, frisou.

Na avaliação dele, esse é o caminho para a sustentabilidade fiscal, fundamental para a estabilidade de preços e para a redução dos juros. Apesar de não mencionar diretamente a taxa Selic, o presidente do BC lembrou que os gastos públicos na pandemia aumentaram, deixando a inflação estruturalmente mais alta. “O mundo gastou muito na pandemia, temos uma dívida global muito maior, a fragmentação das cadeias e os programas fiscais deixarão a inflação estruturalmente mais alta, então vamos ter mais juros e dívidas por mais tempo”, afirmou.

O chefe da autoridade monetária comentou ainda sobre os programas de transferência de renda, dizendo que devem ser opções temporárias, focadas e sob medida. “O que a gente vê, passados anos da pandemia, é que isso foi difícil de realizar, a começar pelo temporário, que virou permanente, e é muito difícil fazer algo focado e sob medida. Ter respeito a essa regra quando a gente precisa recorrer a programas de assistência é muito importante”, ressaltou.

Sem consenso

Cumprindo agenda em Minas Gerais, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a expor sua insatisfação com Campos Neto, no entanto destacou que não adianta ficar brigando com um presidente do BC indicado para o cargo na gestão anterior e cujo mandato termina em dezembro. Nos corredores do fórum, o que se ouvia é que não há consenso no governo de que Lula deva partir para o embate com o economista.

Joaquim Levy, ministro da Fazenda no governo Dilma, compôs o painel com o presidente do

Mariana Niederauer/CB/D.A.Press



Campos Neto (E) se disse favorável a uma atuação do governo como facilitador do investimento privado

O que a gente vê, passados anos da pandemia, é que isso foi difícil de realizar, a começar pelo temporário, que virou permanente, e é muito difícil fazer algo focado e sob medida”

Roberto Campos Neto, presidente do BC, sobre programas de transferência de renda

Banco Central e focou na questão ambiental. “Para os países emergentes, que inclui o Brasil, é importante fazer a formação de expectativa no sentido de onde queremos ir e chegar, qual tipo de crescimento que queremos”, argumentou. “Temos diante de nós enormes possibilidades na transição energética. O Brasil pode aproveitar isso. Certamente, as energias alternativas são mais baratas do que as convenções, ou seja, se nós tivermos a regulação necessária e o bom funcionamento dos mercados de capital, teremos condição de fazer essa transição.”

Professor associado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Miguel Moura e Silva jogou luz sobre uma questão

para política econômica externa no Brasil e em Portugal: o acordo entre União Europeia e Mercosul. “É muito importante porque é uma forma de conseguirmos manter essa ponte e amarrar a União Europeia à América do Sul, em particular o Brasil, e mantermos um quadro de cooperação e diálogo”, enfatizou. “As perspectivas não são muito animadoras em relação a essas negociações, infelizmente, e a razão não ter a ver com Portugal, mas tem a ver com a França. Enquanto que o Brasil pode determinar centralmente qual é a sua postura econômica e política monetária, na Europa estamos em um sistema muito mais fragmentado em termos de poder”, emendou.

Temer vê um novo sistema

Lisboa — O semipresidencialismo defendido pelo ex-presidente Michel Temer no último painel do XII Fórum de Lisboa é o projeto que o atual presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), deseja implementar para fechar a sua gestão enquanto comandante da Casa. O projeto foi desengavetado pelo deputado. Falta, porém, construir uma maioria para fazer valer a proposta, hoje rechaçada pelo governo do presidente Lula.

Temer, entretanto, considera que o semipresidencialismo é o futuro: “O Legislativo brasileiro está muito fortalecido. Não foi sem razão que eu propus: há coisas que ganham tal valorização que, em determinado momento, se transformam em norma”, sustentou.

O ex-presidente considera que, em alguns temas, o Legislativo já vem atuando de uma forma que é inerente ao Executivo e que isso levará naturalmente ao semipresidencialismo. “Acho que podemos caminhar paulatinamente para um sistema semipresidencialista no Brasil. O Poder Legislativo tem praticamente o controle do Orçamento. E já tem chamado muitos setores para fazer acordo, algo que é típico do Executivo”, argumentou.

Entretanto, ele considera que o sistema não deve afetar prerrogativas de quem está no exercício do cargo e tem direito à reeleição com plenos poderes. “Seria para 2030”, frisou. (DR e MN)